

Posse da mesa diretora do TJPE 2024/2026  
Recife – 02/02/2024 – 16:00 hrs.

Saudações

Hoje é um dia histórico e muito especial para mim, para os demais colegas que assumem comigo a mesa diretora do nosso tribunal no biênio 2024/2026, os diletos amigos Fausto Campos, 1º Vice-presidente, Eduardo Sertório, 2º Vice-presidente, e Bandeira de Mello, Corregedor Geral da Justiça, e para todos os nossos familiares e amigos, também porque há cerca de 30 anos atrás meu saudoso pai assumiu o mesmo cargo. Deus assim o quis.

A fala que preparei segue a linha da linguagem simples, e está separada em alguns capítulos com temas específicos, esperando, de todo coração, não ser cansativo e não deixar escapar registros que julgo essenciais nesse momento único que marcará nossas vidas.

Início com os registros históricos e algumas passagens que para mim importam relatar.

No ano de 1960 era inaugurada nossa atual capital federal Brasília, significativo marco da gestão do presidente Juscelino Kubistchek, e lá estava o pequeno Ricardo nascendo no dia 14 de dezembro, na minha amada cidade do Recife, a eterna Veneza brasileira, capital do glorioso e não menos amado Estado de Pernambuco, terra dos altos coqueiros.

Logo seguimos para Petrolândia, no sertão pernambucano, onde meu saudoso pai Carlos Xavier era juiz de direito e morava com a família, minha saudosa mãe Gilvanete e o irmão Diógenes, e daí fomos para Bodocó, região de onde guardo esse meu sotaque de sertanejo, com muito orgulho.

Seguiram-se São José da Coroa Grande, Quipapá, Água Preta, Nazaré da Mata e Caruaru, quando já completa a família com os outros irmãos Élide, Gedália e Lourenço, até a chegada da trupe em Recife, nos idos de 1970.

Estudamos todos no renomado Colégio Nóbrega, até que, após formatura em Direito na FDR da UFPE, me habilitei para o concurso da nossa magistratura estadual.

No ano de 1989, com muito orgulho para mim e toda minha família, assumi o disputado cargo como juiz substituto, designado que fui para a Comarca de Sirinhaém, e poucos meses depois fui titularizado com juiz de direito da Comarca de Cupira.

São passados mais de 35 anos dedicados à nossa magistratura, exercendo minhas funções de forma cumulativa ainda nas Comarcas de Panelas, Lagoa dos Gatos, Quipapá, Belém de Maria, Catende, sendo então

promovido para a Comarca de Pesqueira, onde passei a acumular suas duas varas, Alagoinha, Poção, Pedra e Venturosa.

Não tínhamos computadores, assessores ou recebíamos qualquer gratificação por exercício cumulativo, sem falar nos servidores, que eram funcionários dos cartórios do extrajudicial, sempre prestativos, mas mantive todas elas, sem exceção, completamente atualizadas, todos os processos julgados e em dia, tribunais do júri em dia, concursos, que eram feitos nas Comarcas, também em dia, tudo utilizando minha velha e boa máquina de datilografia Remington e os despachos feitos por caneta.

Guardo saudades dessas localidades e dos grandes amigos que fiz, uns saudosos, outros com quem nutro amizade até os dias de hoje.

Fui então promovido para a capital, minha querida Recife, vindo a me titularizar como juiz da 3ª Vara Cível atualizando todos os milhares de processos que estavam emprateirados, coisas bem antigas, Phalências e Inventários com ph e th respectivamente, um sem fim de ações de toda natureza, dentre elas indenizações de acidentes em obras das décadas de 50 para frente, processos que não acabavam mais, ainda sem assessores, mas já com os possantes computadores 286 e seus discos flexíveis que mal suportavam uma dezena de arquivos, junto com uma equipe de servidores que nunca esquecerei, capitaneados por uma segunda mãe que tive, dona Rilda, atualizando todo o serviço em pouco mais de 2 anos.

Também acumulava o exercício de Varas Cíveis e da Fazenda Municipal.

Desse tempo guardo uma passagem bem interessante, quando julguei uma indenização envolvendo um ônibus da então CTU e uma caminhão da empresa responsável pela obra, pasmem, a construção do viaduto de Dois Irmãos, na BR 101, antes do meu nascimento em 1960.

Julguei a ação e condenei a companhia municipal de transporte no pagamento da indenização pretendida.

Houve recurso e o advogado escreveu na sua petição que achava muito estranho que em tão pouco tempo o processo havia sido julgado.

Subindo o processo ao tribunal, o relator, o desembargador Napoleão Tavares, ligou para minha casa para pegar algumas informações sendo atendido por minha esposa, perguntando quando eu havia nascido, assumido a judicatura estadual e chegado ao Recife.

Com as informações ele elaborou o voto e lá consignou: “de fato o processo tramitou muito rápido. Foi preciso nascer alguém, estudar todos os graus, formar-se em Direito, fazer concurso para juiz do Estado, passar por todas as entrâncias, chegar na capital, ser titularizado na 3ª Vara Cível, onde encontrou o processo concluso a mais de uma dezena de anos, e julgar, realmente foi muito ligeiro”, disse ele.

Coisas da vida do magistrado. Se demora reclama, se julga com presteza está muito rápido. Vai entender.

Faço esses registros não por vaidade, pois não sou melhor que ninguém, mas porque meu saudoso pai sempre me disse: “tenha compromisso com o trabalho, tenha espírito público, tenha iniciativa e procure, sempre, ser justo”, compromisso esse que, por sinal, lhe foi pedido pessoalmente pelo Santo Papa João Paulo no Vaticano: “Seja justo dr. Carlos, seja justo”, e ele, até seus últimos dias, nos ensinava esse mandamento do bem.

Na capital, foram mais de 10 anos à frente da 3ª Vara Cível, após 4 anos servindo como Juiz Corregedor Auxiliar nas gestões dos saudosos Desembargadores Corregedores Gerais Francisco Sampaio, Itamar Pereira e José Maria Florentino.

Na gestão do Desembargador Macedo Malta como presidente do TJPE, fui seu juiz auxiliar, por sinal era o único para tudo, “estamos com poucos juízes Ricardo, você vai ter que dar conta”, dizia o presidente, e assim o fiz, quando sempre eram e ainda são 3 os juízes auxiliares.

No segundo ano de sua gestão fui promovido ao cargo de Desembargador do TJPE, juntamente com 6 outros nobres colegas e amigos, Fernando Cerqueira, Luiz Carlos Figueiredo, Alberto Virgínio, Fernando Martins, Cândido Saraiva e o saudoso Romero Andrade, e aqui registro mais uma vez meu agradecimento a todos aqueles que sufragaram meu nome, numa eleição difícil, ainda por voto secreto.

Deus assim também o quis.

Na Corte estadual, então com meus jovens 45 anos à época, procurei ser um bom companheiro de todos, como assim o faço até a presente data, seguindo em paralelo meus estudos no mestrado e no doutorado em Direito pela UFPE, sem tirar licenças ou me afastar do trabalho, como a lei me permitia. Saudade dos meus excepcionais Professores.

Daí decorreu minha docência na UNICAP, na SOPECE, na UNINASSAU e na ESMAPE, nos cursos de graduação e de pós-graduação, de onde guardo preciosos amigos, amigas e excelentes recordações.

Posteriormente me titularizei na Câmara de Direito Público, e exerci as funções de Diretor do Centro Judiciário e da Escola Judicial do tribunal, funcionando em diversos órgãos jurisdicionais e administrativos, sendo posteriormente escolhido pela Corte para compor o TRE-PE, onde fui eleito presidente no biênio 2011/2013.

Foram muitas ações em prol do eleitoral pernambucano, fechando a eleição municipal de 2012 como a mais rápida na história do Estado até então, sem nenhuma mácula ou questionamento.

No final, entreguei ao novo presidente que assumiria a Corte, o Desembargador José Fernandes de Lemos, uma certidão negativa de débitos por parte do tribunal, completamente saneado; atualizamos todas as obras previstas até 2021 (sim, previstas para os próximos dez anos em 1 ano e 10 meses); deixamos toda a frota de veículos de serviço atualizada, a

bem do transporte adequado dos servidores da casa, e reduzimos o estoque de processos em mais de 30 mil feitos, sendo inspecionadas todas as unidades eleitorais do Estado, sem exceção, dentre vários outros feitos de importância, mediante adequadas destinações financeiras previstas nos orçamentos daqueles anos, aqui registrando meus eternos agradecimentos não só aos colegas desembargadores eleitorais da época, como também à então diligente e dedicada diretora geral, Marília Berquó, ao atual diretor geral e então assessor da corregedoria eleitoral, Orson Lemos, e a todos e a todas demais componentes daquela valorosa equipe de gestão.

As dificuldades injustamente impostas foram todas superadas.

Deus também assim quis.

Seguiram-se os tempos, e numa tarde de trabalho em meu gabinete no Palácio da Justiça, recebi 6 ligações de números desconhecidos em meu celular, que não tenho costume de atender, mas eram todas do prefixo 61, de Brasília, e então resolvi atender, pois poderia ser algum problema a ser resolvido.

Eram os ministros do STJ, Francisco Falcão, então presidente, e Og Fernandes, que me disseram: veja com sua família e se organize para vir ser magistrado auxiliar da vice-presidência do STJ, com o ministro Humberto Martins. Não sabia o que dizer ou falar, nunca os pedi nada, e lá vou eu para a capital federal seguir os desígnios da minha vida a serviço do Judiciário, agora a nível nacional.

Fui passar 6 meses, mas o querido amigo ministro Humberto Martins me manteve por quase 5 anos, posteriormente à frente do CNJ, do qual ele foi Corregedor Nacional, e da presidência do STJ. O bem venceu naquela oportunidade mais uma vez.

Ali fiz amizades que levarei pelo resto da vida, com ministros e ministras, magistrados e magistrada auxiliares de diversos Estados do país, grande parte aqui presente (registrar), e servidores e servidoras de excelência.

O retorno se deu sob o anúncio do ministro Humberto Martins: “Você vai voltar para ser Corregedor Geral e Presidente do TJPE, senão não voltaria”. Muito obrigado pelas oportunidades ministro, e por tudo que o senhor me proporcionou e fez, inclusive no lado pessoal, muito que ficará nos registros da gratidão eterna.

E Deus assim quis mais uma vez.

De volta, passei a fazer minha campanha para o cargo de Corregedor Geral, e paralelamente, em apenas 5 meses, zeramos todos os processos físicos e eletrônicos em curso no gabinete, passando ao CNJ certidão nesse sentido.

Aclamado Corregedor Geral, mediante mais uma Graça de Deus, procuramos inicialmente montar uma equipe de auxiliares de forma paritária, prestigiando as mulheres magistradas, ouvindo a todos, e fizemos

uma gestão empreendedora, dinâmica, de modernização dos serviços e humanização em prol dos servidores e servidoras, com completa reforma das nossas instalações e entrega de nova frota de veículos aos juízes e juízas corregedores auxiliares.

Passamos todo o acervo de processos a eletrônicos, inspecionamos todas as unidades judiciais e extrajudiciais do Estado, e entregamos os serviços completamente atualizados ao desembargador Bandeira de Melo, com uma equipe ativa e motivada para sua nova gestão, que certamente será de excelência.

Tomamos as medidas corretivas necessárias com tranquilidade, sem alardes e respeitando sempre a dignidade de todos.

O resultado está aí para que todos possam ver e usufruir.

Deus não parou por aí, me fez ser mais uma vez aclamado por meus colegas da Casa, agora para a digna e honrosa função de presidente da Suprema Corte de Justiça do Estado, como nomina o colega e amigo Fernando Cerqueira, em decorrência dos estudos que fez na comemoração dos 200 anos do então Tribunal da Relação, hoje o nosso Tribunal de Justiça.

Sucedo o Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo na presidência, um homem de valor, de visão, responsável, amigo, digno e me entrega a casa em ordem, pronta para os desafios dos novos tempos. Muito obrigado por tudo amigo, recebo de sua pessoa a batuta do poder com muita honra.

Procurarei continuar a regência da orquestra com a sua maestria.

No particular, os desafios se sucederão, mas com a ajuda de todos e de todas, magistrados e magistradas das duas instâncias, servidores e servidoras, em especial aqueles e aquelas mais próximos da gestão, pretendemos seguir firmes, e por isso estamos montando a equipe, ou o time, na linguagem mais simples ordenada pelo CNJ, com uma série de projetos para que possamos modernizar, ainda mais, as inúmeras atividades do nosso Judiciário, em especial as de sua atividade fim, que é prestar justiça com mais eficiência e tempo de duração razoável dos processos.

Vamos nos esforçar muito nesse sentido, o tempo dirá.

Foram, assim, numa velocidade enorme, que se passaram esses mais de 35 anos desde minha posse lá no início da carreira.

Agora passo a registrar algo sobre mim e minhas impressões de vida.

Sendo um ser humano, cometo meus erros, sei muito bem disso, e é por essa razão que a cada ano procuro, cada vez com mais afinco, fazer minhas reflexões e melhorar minha performance de vida, de convivência com a família, com os colegas magistrados e magistradas, com os servidores e servidoras, com os amigos e as amigas, enfim, com a sociedade como um todo, a quem devo minha responsabilidade por tudo que faço, posto que os reais destinatários da justiça.

Assim o faço porque acredito que precisamos crescer espiritualmente e sermos cada vez mais humanos e humildes em nossos atos, pois só dessa forma serviremos bem a todos, mesmo com algumas agruras que nos magoam. Sei também perdoar.

No desapego das coisas materiais e do excessivo querer poder, dentre outros atos que pratico, todos os anos retornei às unidades por onde estive, antes da triste pandemia por que todos sofremos, ficava uma semana visitando uma a uma, sentando nas salas com os servidores, lembrando dos bons tempos em que estivemos juntos, “o senhor nunca nos esquece”, sempre diziam, assim o fazia, e faça sempre que possível, para não esquecer das coisas simples da vida.

No nosso seguimento de caminhar, escrevi livros, 4 na área jurídica e, recentemente, 3 de contos em homenagem ao sorriso, sim, homenagem àquilo que nos faltava durante a pandemia, sorrir, nos afastar daquela tristeza que a todos nos cercava, e todas as edições esgotaram, através de lançamentos virtuais e entregas pelos correios.

Não só preenchi bem meu tempo de recolhimento forçado, como distribui alegria para todos que adquiram as obras, simples, mas que registraram, por mim e meus amigos, diversas passagens bem engraçadas ou interessantes de nossas vidas, viabilizando, com parcela das vendas dos *best sellers*, gestos com pessoas humildes que fizeram e fazem parte do meu dia a dia como cidadão.

Igualmente como ser humano, tenho minhas impressões da vida e do trabalho diuturno que necessitamos realizar, se quisermos mudar para melhor, para entregar um mundo melhor às gerações futuras.

Sempre fui de ver o positivo, mesmo nos momentos mais negativos, pois a vida é uma lição, uma construção longa e ao mesmo tempo curta, e se queremos fazer, devemos superar as dificuldades e, com muita criatividade, racionalização e vontade, suplantar os obstáculos naturais, mesmo aqueles que são colocados voluntária e maldosamente na nossa caminhada.

Assim, diante das imensas responsabilidades decorrentes, ao assumir a chefia do Poder Judiciário do glorioso Estado de Pernambuco, procurarei, junto com meus pares, agir sempre de forma ética e com a rigidez que o cargo exige, mas ao mesmo tempo serei um parceiro dos magistrados, magistradas, servidores e servidoras, para que possamos edificar, cada vez mais, uma Justiça moderna, inclusiva e eficiente.

Vamos tentar construir um novo Judiciário, sem descuidar do passado, das experiências bem sucedidas, somando as lições de todos os presidentes que já assumiram brilhantemente essa cadeira, cada qual colocou seu tijolo nessa construção bissecular, e agora chegou a minha vez.

Tenham a certeza de que esse tijolo que assentarei será bastante representativo, trará em si o compromisso com as novas tecnologias

capazes de dar velocidade ao tempo razoável do processo, e, ao mesmo tempo, a preocupação com a humanização das unidades de trabalho, em todos os níveis, e a qualidade de vida do nosso corpo funcional.

Serão muitas ações voltadas ao aperfeiçoamento dessa pesada, custosa e complexa máquina administrativa, essencial ao regime democrático que defendemos, mas vamos lutar o bom combate, todos, de mãos dadas, para que o resultado seja rápido e bastante efetivo.

Implantação das diretorias gerais para gerir os processos que serão 100% eletrônicos em todas as unidades do Estado, impessoalizando os serviços e viabilizando o controle do tempo razoável do processo, ficando as unidades apenas com a produção, sua atividade fim.

Em seguida vamos implantar a inteligência artificial em todo o Estado, não para afastar a atividade humana, que é e será sempre imprescindível, mas para auxiliar nas rotinas repetidas e tornar a prestação de nossos serviços mais eficiente.

Vamos implantar o pagamento dos créditos da Justiça através da ferramenta Pix, dando uma enorme velocidade naquilo que os advogados e demais credores tanto reclamam.

Já fizemos o novo jardim do Palácio da Justiça, com belas plantas, suas nomeações e um sistema de iluminação que terá a luz na cor da campanha de saúde do mês, e vamos levar esse projeto para todo o interior do Estado, implantando as equipes de manutenção das unidades de forma preventiva, assim muito menos custosa, dando dignidade aos servidores e aos nossos prédios, que representam nosso poder em cada Comarca.

Vamos priorizar ações de sustentabilidade para que, com responsabilidade social, consolidemos práticas inclusivas demonstrando nossa preocupação com uma sociedade mais sustentável, com melhor qualidade de vida. Tudo será feito com muita dedicação e esforço.

Cada detalhe será objeto de ajustes institucionais, inclusive a imagem do nosso Pernambuco, que será espalhada e nos dará ainda mais orgulho de fazer parte dessa linda unidade da federação brasileira, sem descuidar da importante participação feminina em todos esses projetos.

Sou exigente com a prestação do bom serviço, somos bem remunerados, temos um orçamento bastante razoável para o custeio de todas essas ações necessárias à resposta que pretendemos dar à sociedade pernambucana, como forma de legitimar nossa atuação e de todos que fazem nosso Judiciário.

Teremos mais novidades com o passar da gestão, inclusive fazendo os ajustes necessários para que tudo possa ser executado com a devida adequação, dentro da nossa realidade financeira e de pessoal.

Será de relevância nessa condução a aproximação do Judiciário com a sociedade, não de relações comprometedoras, mas sim do modo mais transparente, republicano e leal com todas as instituições essenciais ao

Judiciário, em especial com o Governo do Estado, com a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, os governos municipais e toda a advocacia, pública e privada, mas também estaremos ligados e preocupados com os demais setores do meio social que nos cercam, o empresariado, os trabalhadores, os humildes, as minorias, sem esquecer de todos os imprescindíveis veículos de mídia falada, escrita e televisiva, indispensáveis ao regime democrático que vivemos, como igualmente com a Associação dos Magistrados e os Sindicatos dos servidores.

Devemos estar todos engajados com a redução das desigualdades, contra as discriminações de qualquer natureza, deixando de lado as críticas e acreditando em soluções de parte a parte.

Por isso mesmo procurarei, sempre, um canal de boa e proativa conversa com todos. Saberei ouvir e, se preciso, corrigir.

Rogo a nossos gestores institucionais, a quem tanto prezo e respeito, uma convivência minimamente harmoniosa, sempre visualizando os interesses maiores de nosso povo sofrido, mas ao mesmo tempo altivo e esperançoso.

Peço ao respeitável corpo de magistrados do nosso valoroso Estado a presença física nas suas respectivas unidades, pois é ali que atenderão as partes e seus procuradores na busca de julgamentos céleres e justos.

Sejam corretos, inovadores e construtivos, serenos e arrojados, dedicados e discretos, e firmes nas suas decisões. Contem comigo nessa jornada bienal que assumo, compromissados todos com os valores da justiça: o bem comum, a lei, a ética e a moral.

Dos servidores, de todos os níveis, espero o compromisso do bem servir, da gentileza, da responsabilidade na prática dos seus atos de ofício, o que tenho certeza será exemplar.

No plano institucional precisamos cuidar da nossa governança com bastante atenção, mantendo o serviço bem gerido e atualizado, inspecionando todas as unidades judiciais e extrajudiciais, zelando pelos prédios e equipamentos de trabalho, humanizando nossas instalações, e utilizando as novas tecnologias para que, com melhor qualidade de vida, os corpos de magistrados e de servidores possam dar uma resposta altiva, eficiente e rápida no sem número de processos que recebemos todos os dias.

Fazer gestão governamental é a palavra de ordem, sem ela o serviço desanda, estaremos bem vigilantes nesse quesito.

No plano jurisdicional, estamos alinhados com uma nova forma de pensar a Justiça, não mais limitada à solução das questões comuns que são encaminhadas para solução, inerte e isento, senão visualizando os modernos regramentos que foram trazidos ao sistema em especial pelo Código de Processo Civil vigente, com sua faceta constitucional, onde a



construção da solução dos conflitos passa pelos institutos da mediação, da cooperação, da simplicidade na prática dos atos, da linguagem descomplicada, da necessária isonomia.

Isso demanda uma nova roupagem aos nossos magistrados e magistradas, pois a visão de que “sou legalista” ou “é meu entendimento pessoal” já não comporta cabimento quando as questões são objeto de temas assentados nas Cortes excepcionais, ou norma infraconstitucional violadora de garantias constitucionais, sem qualquer fato novo, criando falsa plausibilidade de direito e completa insegurança jurídica.

O julgador tem poder político institucional de decidir, não da forma que ele ou ela pensam, senão sopesando valores maiores previstos na nossa Carta Constitucional, para que seja feita uma composição justa e sólida, legítima e eficiente, despojando-se de qualquer vaidade pessoal.

Ao termo, a meta final de todo esse sistema é exatamente o bem comum, a garantia da ordem institucional, “queiram ou não queiram os juízes”, esse é o nosso papel, onde as liberdades com responsabilidade possam imperar, pois, como dito por Tomas Jefferson, “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.

Seremos vigilantes, comprometidos com os princípios garantidores da ordem democrática, com o respeito às instituições e às hierarquias, com muita responsabilidade, dentro da reserva do possível.

Nesse caminhar registro com muita alegria n'alma contar com os colegas e amigos desembargadores Fausto Campos, como 1º Vice-presidente, Eduardo Sertório, como 2º Vice-presidente, e Bandeira de Mello, como Corregedor Geral da Justiça.

Deles anoto alguns merecidos registros e predicados.

Desembargador Fausto Campos, que deixa a função de coordenador de segurança institucional do tribunal com um excelente trabalho, é juiz de carreira e chegou ao tribunal promovido pelo critério de antiguidade.

É baiano, nascido em Salvador, mas cidadão pernambucano de longas datas, vindo a se formar bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em agosto de 1977.

Antes de ingressar na Magistratura militou na advocacia no município baiano de Casa Nova, foi Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa da Bahia e Assistente Judiciário de Pernambuco.

Iniciou sua carreira como magistrado pernambucano em 1985, na Comarca de Salgueiro, e posteriormente exerceu a judicatura nas Comarcas de Afogados da Ingazeira e Caruaru, local onde atuou igualmente como professor de Prática Forense e Organização Judiciária da Faculdade de Direito de Caruaru.

Chegando na capital do Estado, foi designado, e logo titularizado, como juiz da 1ª Vara do Júri, desempenhando, ainda, as funções de juiz do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Tomou posse como desembargador desta Corte em 2007, passando a compor a 1ª Câmara Criminal e a Seção Criminal, e vindo a compor o Conselho da Magistratura e o Órgão Especial, além de presidir a Comissão de Segurança Institucional nos 2 últimos biênios.

Eleito desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, foi seu Vice-Presidente e, em seguida, seu Presidente, comandando as eleições do Estado em 2014.

Esposo, pai e avô querido, o desembargador Fausto Campos tem uma legião de amigos que muito o admiram.

Desembargador Eduardo Sertório Canto, que deixa a função de Ouvidor Geral do tribunal elevando os serviços ali prestados a um dos melhores do Brasil, ascendeu ao tribunal pelo quinto constitucional da advocacia, sendo um cidadão pernambucano nascido às margens do Rio Pardo, no interior de São Paulo, filho de Francisco e Dulce e irmão mais novo de Zé Leonardo.

Formado e especializado em direito privado e processual civil pela Faculdade de São Paulo, optou pelo chamado direito da energia, obtendo seu diploma pela Universidade de Paris, mas quis a vida, como por ele dito, que seu destino fosse outro, pois ali conheceu a comunidade pernambucana e se apaixonou por nosso Estado, o que está declarado numa crônica, onde ele cita os versos do frevo: “Recife mandou me chamar”.

Assistente do professor Murilo Guimarães, seu mestre, traz em seu coração, com um carinho especial, sua participação na criação da Escola de Advocacia Ruy Antunes da OAB/PE, na fundação do núcleo pernambucano do IBDFAM e, agora, sua atuação da Ouvidoria–Geral de Justiça desse Tribunal.

Essas atividades renovaram, cada uma a seu tempo, suas energias. Chega, agora, na adolescência da velhice, com toda sabedoria e vigor, para desempenhar seu papel de 2º Vice-presidente, sempre com o apoio de Eliane, filhos e filha, neta e netos, além do exemplo do amigo Erasmo Valadão e dos amigos que partiram, especialmente, Geraldo Sacramento e Edmur de Andrade Pereira Neto, e dos integrantes de sua equipe.

Desembargador Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, que deixa a função de Diretor Geral da Escola Judicial do tribunal com um primor de gestão, em especial nas áreas de novas tecnologias e expansão dos cursos de aperfeiçoamento, é recifense e também ingressou no nosso tribunal através do quinto constitucional da advocacia.

Tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1988, e já naquele tempo ocupou cargos de assessoramento no Governo do Estado e na Assembleia Legislativa.

Já graduado, foi Diretor de Apoio Técnico da Fundação de Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife e Secretário Executivo da então Governadoria.

Posteriormente, atuou, em sequência, como Procurador do Tribunal de Contas do Estado e como Procurador do Estado, onde exerceu suas funções com destaque durante 13 anos, período em que teve exercício na Procuradoria de Apoio Jurídico ao Governador e na Procuradoria da Fazenda, além de chefiar a Coordenadoria de Projetos Especiais, o Centro de Estudos Jurídicos e a Procuradoria do Contencioso Cível, e também exerceu advocacia particular, especialmente consultoria na área cível.

Na Corte, presidiu a Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do TJPE em dois mandatos, bem assim a Comissão Organizadora do Concurso para Juiz Estadual em 2009 e, no último biênio, exerceu as funções de Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE, e, nessa condição, integrou o Conselho da Magistratura.

É casado com Anselma Nunes Bandeira de Mello, Procuradora Estadual, com quem tem os filhos Maria Teresa e Francisco.

Todos que passam a compor a mesa diretora são magistrados com mais de 15 anos de tribunal, bastante experientes, com toda uma vida dedicada à causa da Justiça. Saberemos, juntos, manter o rumo adequado na história de nossa bicentenária Corte Suprema estadual de Justiça.

Somos eu, Sertório e Bandeira torcedores do único hexa campeão pernambucano, o famoso e querido timbu colorado, o alvirrubro Náutico, uma verdadeira seleção, enquanto Fausto é ardoroso torcedor da cobrinha coral, o tricolor Santa Cruz, que vem amargando indesejadas temporadas, mas que nem assim sua vibrante torcida deixa de prestigiar.

O rubro-negro Sport ficou de fora, nossos sinceros sentimentos, sem descurar do respeito que temos pelos demais colegas torcedores dessas cores, também um grande time, maior dos campeões estaduais pernambucano.

Vamos em frente, melhorar e tornar mais forte e trio de ferro pernambucano, e ainda temos a patativa do agreste, o alvinegro Central de Caruaru, que se destaca no atual campeonato pernambucano, time do coração de nossa Governadora Raquel Lyra.

Agora chega o momento dos agradecimentos.

A gratidão é a memória do coração.

Inicialmente a Deus todo poderoso, por tudo que vem me proporcionando nessa longa caminhada de vida, até mesmo as provações que recebi, devidamente anotadas, me fizeram uma pessoa melhor e mais humana.

Aos meus saudosos pais Carlos Xavier e Gilvanete, e avós maternos José Lourenço e Nair, exemplos de vida, sempre nos ensinando a sermos justos e do bem.

À minha querida esposa Sandra, com quem sempre contei em todas as horas, na alegria e na tristeza, como juramos, juntos com nossos amados filhos, Brenda, Natália e Vitor, esposos e esposa, e os netinhos e netinhas

Júlia, Ricardo, Joaquim, Helena, Eduardo e Maria Regina, razões de nossas vidas.

Aos meus irmãos e irmãs Diógenes, Élide, Gedália e Lourenço, cunhado e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, o bem querer de sempre.

A todos os meus demais familiares e amigos, um a um, deixo meu abraço fraterno e um beijo no coração.

A todos os colegas desembargadores e desembargadoras, com quem contarei humildemente, unidos, nessa nova caminhada do amanhã.

A todos que compõem minha equipe de trabalho, sempre ao meu lado, espero dedicação ainda maior.

Às pessoas humildes que me serviram por toda a vida, pelos exemplos de bem querer e dedicação à minha pessoa e de meus familiares.

Aos queridos que se foram, fica a saudade imensa.

Ao meu Recife, como dito por Reginaldo Rossi, cidade que “tem encantos mil, é o melhor pedacinho do Brasil”.

À minha terra, meu Pernambuco, meu porto seguro, uma das minhas razões de ser, terra do frevo, do maracatu, do coco, do xaxado, da ciranda, do manguêbeat, de figuras notáveis como Frei Caneca, Gilberto Freyre, Francisco Brennand, Cícero Dias, Paulo Freire, Nelson Rodrigues, João Cabral de Melo Neto, Clarice Lispector, Joaquim Nabuco, Fernando Lyra, Eduardo Campos, Marco Maciel, Armando Monteiro Filho, José Ermírio de Moraes, Antônio Queiroz Galvão, Naná Vasconcelos, Luiz Gonzaga, Dominginhos, Chacrinha, Reginaldo Rossi, Chico Science, dentre tantos outros de hoje e de sempre. Eita Estado danado de bom!

Como dito por Confúcio, “você não pode mudar o vento, mas você pode ajustar as velas do seu barco para chegar onde quer”, por isso encerro minhas palavras parafraseando o Conselheiro do TCE Dirceu Rodolfo, que certa feita nos concitou a navegar, digo que vamos, eu e os demais colegas integrantes da mesa diretora, nos “lançar no mar sem medo, sem dúvida e sem angústia”, como um bom timoneiro, unidos em prol desse novo tempo que nos aguarda e que promete ser de muitas realizações para todos nós, elevando, bem ao alto, o prestígio de nossa Instituição.

Viva o Poder Judiciário pernambucano.

Viva meu amado Estado de Pernambuco e minha linda Recife.

Que Deus nos abençoe a todos, iluminando bem nossos caminhos.

Muito obrigado.

Des. Ricardo Paes Barreto